



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

172
J

ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
ÓRGÃO JULGADOR: **TERCEIRA CÂMARA CÍVEL**
COMARCA: **CABO DE STO AGOSTINHO - 5ª VARA**
CÍVEL
TIPO: **EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**
PROCESSO Nº : **0197034-3/02**
EMBARGANTE: **TELEMAR NORTE LESTE S/A**
EMBARGADO: **JOSÉ CABRAL DA SILVA**
RELATOR: **Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

EMENTA:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINS DE PREQUESTIONAMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. QUESTÕES DEVIDAMENTE ESCLARECIDAS NOS FUNDAMENTOS DO RECURSO ANTERIOR AOS PRESENTES EMBARGOS. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADAS. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO. PREQUESTIONAMENTO. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.

- 1- A decisão recorrida enfrentou as questões suscitadas, ausente, pois, a omissão apontada.
- 2 - Matéria devidamente tratada nos fundamentos do recurso anterior aos Embargos de Declaração.
- 3 - Não restaram configuradas as hipóteses previstas nos incisos I e II, do Art. 535, do CPC. Aclaratórios não servem como instrumento processual que visa tão somente rediscutir e revisar pronunciamentos judiciais, não se prestando ao reexame da matéria discutida.
- 4 - Não há que se falar, pois, em prequestionamento, eis que somente se afigura possível o acolhimento dos Aclaratórios, inclusive para esse fim, quando presente algum dos vícios do art. 535 do CPC.
- 5 - Embargos Rejeitados. À unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração de nº 019703-3/02, em que figuram como partes como Embargante **TELEMAR NORTE LESTE S/A (Oi Fixo)** e como Embargado **JOSÉ CABRAL DA SILVA**, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Cível** do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 29-05-2014


ITABIRA DE BRITO FILHO
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

173
OK

ÓRGÃO JULGADOR:
COMARCA:
CÍVEL
TIPO:
PROCESSO Nº :
EMBARGANTE:
EMBARGADO:
RELATOR:

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL
CABO DE STO AGOSTINHO - 5ª VARA
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO
0197034-3/02
TELEMAR NORTE LESTE S/A
JOSÉ CABRAL DA SILVA
Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

RELATÓRIO:

Trata-se de Embargos de Declaração interpostos em face do acórdão prolatado no julgamento do Agravo Legal, por esta Câmara Cível, que, à unanimidade de votos, negou provimento ao recurso, mantendo a decisão terminativa proferida em sede de Agravo de Instrumento.

Ab initio, o recorrente requer que sejam acolhidos os presentes embargos, a fim de que seja sanada a omissão quanto ao pronunciamento sobre os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais.

Revisita todo o mérito pugnando pela reforma da decisão. Ademais, traz a contumácia do devedor e o mérito dos embargos.

É o relatório.

Independente de inclusão em pauta, apresento o feito à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 29-05-2014


ITABIRA DE BRITO FILHO
Desembargador



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

ÓRGÃO JULGADOR:

COMARCA:

CÍVEL

TIPO:

PROCESSO Nº :

EMBARGANTE:

EMBARGADO:

RELATOR:

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

CABO DE STO AGOSTINHO - 5ª VARA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

0197034-3/02

TELEMAR NORTE LESTE S/A

JOSÉ CABRAL DA SILVA

Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

VOTO:

Os Aclaratórios foram intentados com o escopo de ver prequestionada a matéria, a fim de serem satisfeitos os requisitos para interposições nas instâncias superiores, bem como para que sejam supridas as omissões alegadas.

Desta feita, resta-me rejeitá-lo, por não haver contradição, obscuridade ou omissão na decisão combatida.

É claro e evidente no presente recurso o inconformismo do Embargante, pois rediscute a matéria sem mostrar os pontos omissos ou contraditórios.

Sabe-se que a revisitação meritória da decisão recorrida é vedada em sede de embargos declaratórios, cujo objeto se restringe àquele estabelecido no art. 535 do Código de Processo Civil. É nesse sentido pacífica e numerosa jurisprudência do STJ, como se observa abaixo:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE.

1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.

2. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito.

3. Embargos de Declaração rejeitados.

(Grifos acrescidos)

(Edcl no AgRg no Ag 829849/RS; Rel. Min. HERMAN BENJAMIN; Órgão Julgador: SEGUNDA TURMA; Data do Julgamento: 06/12/2007; Data de Publicação: Dje: 06/03/2008)

Assim sendo, por não preencherem os requisitos estabelecidos nos incisos I e II do art. 535 do Estatuto dos Ritos, entendo que os presentes Aclaratórios devem ser rejeitados. Ausente qualquer fato capaz de demonstrar o enquadramento nas hipóteses de cabimento deste tipo de recurso. Intenciona a parte, na verdade, a revisão do julgado, incabível em sede embargatória.

Os Embargos de Declaração têm seus requisitos definidos pelo art. 535, do CPC, in verbis:

Art. 535. Cabem embargos de declaração quando:

I - houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição;



PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO

125
2

II – for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal.

Neste sentido, é de bom alvitre fornecer o entendimento de que a via eleita pelo embargante somente é cabível para sanar omissões, contradições ou obscuridades existentes nos julgados, conquanto, não é o caso em exame, a teor do artigo acima manejado.

Esclareço que as decisões não precisam abordar todos os pontos e argumentos suscitados na inicial, bastando que, de forma fundamentada exponha os motivos pelos quais a questão foi resolvida desta ou daquela maneira.

Neste toar, o C. Superior Tribunal de Justiça já se posicionou nesse sentido *“Como é de conhecimento geral, o julgador não está obrigado a discorrer sobre todos os regramentos legais ou todos os argumentos levantados pelas partes. As proposições poderão ser ou não explicitamente dissecadas pelo órgão julgador, que só estará obrigado a examinar a contenda nos limites da demanda, fundamentando seu parecer de acordo com seu livre convencimento, baseado nos aspectos pertinentes à hipótese sub judice e, com a legislação que entender aplicável ao caso concreto”* (Resp. nº 792.497/RJ 2005).

Não há que se falar, pois, em prequestionamento, eis que somente se afigura possível o acolhimento dos Aclaratórios, inclusive para esse fim, quando presente algum dos vícios do art. 535 do CPC. Nesse sentido, colaciono abaixo o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. PRETENSÃO DE PREQUESTIONAR MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os embargos de declaração são cabíveis quando a decisão padece de omissão, contradição ou obscuridade, consoante dispõe o art. 535 do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material. 2. Na espécie, ausente vício no acórdão a ensejar o acolhimento do recurso integrativo, uma vez que a pretensão da empresa embargante é tão somente, na via eleita, obter a manifestação deste Tribunal sobre preceito constitucional, para fins de prequestionamento. 3. O acolhimento de embargos declaratórios, até mesmo para fins de prequestionamento, impõe a presença de algum dos vícios previstos no art. 535 do CPC. Dessarte, tendo em vista a não configuração de nenhum deles, na conformidade da manifestação supra, a rejeição do presente recurso integrativo é mister. [...]. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no Ag 1165908/RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª Turma, Jul. em 24/11/2009, DJe 01/12/2009, sem grifos no original).

Por todo o exposto, **REJEITO** os presentes Embargos de Declaração, mantendo, em todos os seus termos o Acórdão prolatado no Agravo Legal de nº 0197034-3/02, publicado no DJE, nº 69 de 11/04/2014.

É como voto.
Recife,

29-05-2014.

ITABIRA DE BRITO FILHO
Desembargador